



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Escola do Poder Judiciário

EDITAL Nº 120/2024

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

O Desembargador **Elcio Mendes**, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o Seminário: "**Tutela Jurisdicional Adequada e Soluções Fundiárias na Amazônia**", conforme as regras determinadas a seguir.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Seminário:** Tutela Jurisdicional Adequada e Soluções Fundiárias na Amazônia.
- 1.2. Modalidade:** Presencial para unidades de Rio Branco, com transmissão pelo *Google Meet* para unidades do interior.
- 1.3. Carga horária:** 2 horas-aula.
- 1.4. Realização:** 15 de agosto de 2024 (das 14h às 16h - Horário do Acre).
- 1.5. Local de realização:** Palácio da Justiça – Com transmissão pelo *Google Meet*.
- 1.6. Inscrições:** 23 de julho a 12 de agosto de 2024.
- 1.7.** Será considerado(a) REPROVADO(A) o(a) aluno(a) que NÃO obtiver 100% de frequência no curso.
- 1.8. GAR:** O curso está em consonância com os normativos que fixam indicadores para a concessão da GAR, por ser uma ação educacional promovida pela ESJUD.
- 1.9. Formadoras(es):**

Coordenação Científica: Prof. Dr. Tarsis Barreto Oliveira (Coord. Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos UFT/ESMAT), Prof. Dr. Gustavo Paschoal (UFT) e Mestrando Erick da Fonseca Farhat (magistrado do Tribunal de Justiça do Estado do Acre).

Erik da Fonseca Farhat - Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos - UFT. Graduação em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, Brasil(2001) juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Eva Evangelista - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. FACULDADE DE DIREITO, da Universidade Federal do Acre, Turma de 1972. MBA em Gestão do Poder Judiciário pela Fundação Getúlio e Vargas. Advogada do INCRA, Projeto Fundiário Acre – 1973 a 1975. Juíza Substituta da Comarca de Sena Madureira – 1975 a 1977. Juíza de Direito Titular da Comarca de Sena Madureira – 1978 a 1980. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível de Rio Branco – 1980 a 1984. Desembargadora, promovida em 1984. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, biênio 1987/1989. Vice-Presidente e Corregedora Geral da Justiça do Estado Acre, biênio

1990/1991. Presidente da Câmara Cível, biênio 1991/1993 e 2003/2005. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, biênios 1985/1987, 1993/1995 e 2003/2005. Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral 1992/1993. Diretora da Escola Superior da Magistratura do Estado do Acre, biênio 1993/1995, 2005/2007, 2009/2011 e 2011/2013. Corregedora Geral da Justiça do Estado do Acre, biênio 1999-2001 e 2007/2009. Professora do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre de Direito Agrário; de Direito e Legislação de Terras (1981 a 1992); e de Direito Processual Civil (a partir de 1993). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Prática Jurídica do Departamento de Direito da Universidade Federal do Acre. Membro do Conselho Deliberativo de Proteção à Vítima e à Testemunha. Ocupou o cargo de Governadora do Estado do Acre, em exercício, por quatro vezes – fevereiro/1987, agosto/1990, setembro/1990 e abril/2002, em decorrência de impedimento constitucional na ordem sucessória. Coordenadora dos Juizados Especiais Cível e Criminal.(2002/2003). Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, biênio 2005/2007. Membro da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Membro da Associação dos Magistrados Acreanos – ASMAC. Membro do Instituto de Direito Agrário – Presidente da Seção Acre. Membro do Instituto dos Magistrados do Brasil – Presidente da Seção Acre. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, 1988/1990. Coordenadora do Programa Justiça Comunitária. Coordenadora do Projeto Cidadão. Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Coordenadora do Programa de Justiça Restaurativa. Professora Aposentada do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre. Ouvidora da Mulher. Coordenada da Comissão de Conflitos Fundiários.

Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira - Doutor em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília - UniCeub. Possui Mestrado em Direito - Constituição e Processo - pela Universidade de Ribeirão Preto ? UNAERP. Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade de Franca - UNIFRAN. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC/GO. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Ética Profissional, Biodireito, Direito Ambiental, Direito Internacional e Direitos Humanos. Ministra aulas de graduação e de pós-graduação (lato e stricto sensu) e desenvolve atividades de pesquisa e extensão. Advogado.

Luly Rodrigues da Cunha Fischer – Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Paris XIII (2014), em regime de cotutela. Possui graduação (2005) e mestrado em Direito (2008) pela UFPA. É professora adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, advogada inscrita na OAB-PA, membro do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da Comissão de Regularização Fundiária Urbana da UFPA, da Clínica de Direitos Humanos da UFPA e mediadora judicial e extrajudicial certificada pelo TJE/PA (2021). É Pesquisadora associada ao Laboratoire Caribéen des Sciences Sociales (LC2S - CNRS-França). Atualmente é vice-coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA). Tem experiência em pesquisa na área de Direito, com ênfase em Direitos Especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: direito fundiário, direito urbanístico-ambiental e ordenamento territorial.

Márcio Rodrigo Alecio - superintendente regional do Incra no Acre. Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Acre (2005), Especialização em Agricultura no Trópico Úmido (2006) e Mestrado em Ciências Agrárias (2008) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Doutorado em Biotecnologia/Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2012). Tem experiência principalmente em agricultura familiar, controle alternativo de pragas, inseticidas botânicos, agricultura orgânica, agroecologia, elaboração e gestão de projetos rurais, assistência técnica e extensão rural, agroindústrias rurais e crédito rural.

Tarsis Barreto Oliveira - Pós-Doutor em Ciências Criminais pelo Instituto de Criminologia e Direito Penal da Universidade de Sorbonne (França). Doutor e Mestre em Direito pela UFBA. Professor Associado 3 de Direito Penal da Universidade Federal do Tocantins. Professor Adjunto 3 de Direito Penal da Universidade Estadual do Tocantins. Coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT. Coordenador do Programa de Doutorado Interinstitucional em Direito da PUC-RIO/ESMAT. Coordenador e Professor da Especialização em Ciências Criminais da UFT. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Famettig/BA). Graduado em Direito pela UESC. Editor Científico da Revista da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Consultor na área educacional. Parecerista e membro de conselho editorial de diversos periódicos científicos no Brasil e no exterior. Linhas de pesquisa: direitos humanos; racionalidade e funções da pena; crime organizado; prevenção e combate à corrupção; reinserção social do apenado. Organizador científico de diversos eventos nas áreas de Direito Penal e Direitos Humanos. Foi professor visitante no exterior, com 200 participações em eventos científicos nacionais e internacionais - Estados Unidos (New York Law School, John Jay College of Criminal Justice); Portugal (Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa; Universidade Lusófona do Porto); Espanha (Universidade de Sevilha, Universidade de Barcelona); França (Universidade de Sorbonne, Universidade de Lyon, Universidade de Pau et des Pays de Ladoir); Rússia (Universidade de Moscou); Polônia (Universidade Adam Mickiewicz); Hungria (Universidade Eötvös Loránd); Turquia (Universidade de Galatasaray) e Marrocos (Universidade de Casablanca). Advogado criminalista. Membro do Comité International des Pénalistes Francophones e da Association Internationale de Droit Pénal. Autor e organizador de obras jurídicas, com 200 publicações científicas produzidas em 5 idiomas.

ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Atividade	Responsável	Horário
Abertura	Erik da Fonseca Farhat Gustavo Paschoal Tarsis Barreto Oliveira	14h às 14h30
Mediação de conflitos coletivos fundiários e a assistência técnica multiprofissional no processo de mediação	Luly Rodrigues da Cunha Fischer	14h30 às 14h50
O Papel do Incra na Solução dos Conflitos Fundiários	Márcio Rodrigo Alecio	14h50 às 15h20
Comissão de Conflitos Fundiários	Eva Evangelista	15h20 às 16h

1.10. Realização: O seminário é promovido pela Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. Público-Alvo:

- **Público-Alvo Prioritário:** Alunos(as) do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos - Turma Norte, Magistrados(as), Assessores(as) e Servidores(as) do Tribunal de Justiça do Acre.

2.2. **Número de Vagas:** 50 (cinquenta).

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. No período de 23 de julho a 12 de agosto de 2024 estarão abertas as inscrições para o Seminário: **Tutela Jurisdicional Adequada e Soluções Fundiárias na Amazônia.**

3.2. A inscrição será realizada no Sistema EmeronWeb, diretamente no *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

3.3. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de *WhatsApp* no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.

3.4. A Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.

3.5. Ao final da ação educacional, a Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a).

4. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

4.1. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária de 100% (cem por cento).

4.2. O(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

4.3. Para efeito de certificação serão considerados(as) os(as) participantes que efetuarem o cadastro e inscrição no Sistema EmeronWeb e obtiverem frequência mínima descrita no item 4.1.

5. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

5.1. Todos os palestrantes atuarão como voluntários no seminário, não tendo custos de hora aula como palestrantes.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Gerência de Administração de Ensino – GEADE: geade@tjac.jus.br.

6.2. A Gerência de Administração de Ensino - GEADE será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a).

6.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
23 de julho de 2024.	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
De 23/07 a 12 de agosto de 2024.	—	https://esjud.tjac.jus.br	Período de divulgação e inscrições.
15 de agosto 2024, das 14h às 16h.		Palácio da Justiça - Com transmissão pelo <i>Google Meet</i> para unidades do interior.	Seminário: Tutela Jurisdicional Adequada e Soluções Fundiárias na Amazônia.





Documento assinado eletronicamente por **Elcio Sabo Mendes Junior, Diretor da ESJUD**, em 16/07/2024, às 20:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1847713** e o código CRC **E5A0407E**.